



DE SÁFIO

RETRATO DE UMA
MISÉRIA SECULAR

PORTAIT OF AN
AGE OLD MISERY
PORTRAIT D'UNE
MISÈRE SECLAIARE

GOVERNADOR TASSO JEREISSATI

"Combatendo uma ordem social injusta, imoral e desumana, o que nós queremos é restabelecer a dignidade do homem cearense, para que ele possa viver de cabeça-erguida e criar seus filhos sem precisar pedir nada a ninguém. Vamos, portanto, nos dar as mãos e, juntos, mudar o Ceará. Mas, sem ilusões. Não há mágica capaz de resolver da noite para o dia problemas acumulados ao longo de tanto tempo. O nosso caminho é o trabalho, o esforço comum, persistente, obstinado".

APRESENTAÇÃO

Este documento contém uma síntese do Diagnóstico e da Proposta de Ação, dos Programas e Projetos do Setor-Educação. (1987-1991)

Destina-se a compor o Plano Global do Governo das Mudanças.

Utilizou, para esta condensação, o estudo da situação educacional do Estado do Ceará e a ação planejada registradas nos documentos "Quivindo a Escola Pública", "Dia Nacional de Debate sobre Educação", "Proposta Estratégica Global da Secretaria de Educação - 1986/88" e no "Plano de Trabalho - Educação, Desenvolvimento e Mudanças, do Governo Tasso Jereissati".

Seguiu a orientação e o roteiro dados pela Secretaria de Planejamento do Estado.

SUMÁRIO

Pg\$

- APRESENTAÇÃO.....

1ª PARTE:

08	01 - Diagnóstico do Setor.....
18	02 - Proposta de Ação.....
19	- Objetivos Gerais.....
	- Diretrizes.....
22	- Prioridades.....
24	- Metas.....
29	- Programas Prioritários.....
	- Objetivos Gerais.....
	- Listagem dos Projetos.....

2ª PARTE:

31	01 - Programa - Expansão e Melhoria do Ensino Público.....
	- Órgãos Envolvidos.....
32	- Objetivos Gerais e Específicos.....
33	- Justificativa.....
37	- Metas.....
43	- Estratégias.....
46	- Componentes dos Programas (PROJETOS).....
50	- Recursos Financeiros.....
	- Recursos Humanos e Técnicos.....
	- Acompanhamento.....

02 - Programa - Apoio ao Planejamento e à Administração.....	51
- Órgãos Envolvidos.....	
- Objetivos Gerais e Específicos.....	
- Justificativa.....	
- Metas.....	55
- Estratégias.....	56
- Componentes dos Programas (PROJETOS).....	57
- Recursos Financeiros.....	
- Recursos Humanos e Técnicos.....	
- Acompanhamento.....	

1ª PARTE:

1.1 - DIAGNÓSTICO DO SETOR EDUCAÇÃO

DIMENSÃO DOS PROBLEMAS SETORIAIS

- 01- Constatções Gerais
- 02- Constatções na Área Administrativa
- 03- Constatções e Indicadores na/da
Área de Ensino e Assistência ao
Estudante

DIAGNÓSTICO DO SETOR EDUCAÇÃO DIMENSÃO DOS PROBLEMAS SETORIAIS

- Constatções Gerais

É observável que o discurso institucional sobre a Educação tem sido, no decurso dos últimos anos, progressista, mas irreal, separado de suas mediações e situações sociais concretas e condicionantes.

Os planos institucionais não têm sido devidamente avaliados, resumindo-se a relatórios, mensagens ou discursos otimistas, constatando-se, no entanto, que a situação, não mudou e, até se agravou.

Transformou-se a Escola Pública e seus agentes em bodes expiatórios dos males do sistema maior.

Transferiram-se para a Escola Pública múltiplos encargos de outras instituições, até familiares, superestimando sua capacidade e consequentemente, sobrecarregando-a e desvirtuando sua especificidade.

Tem-se atendido à teoria do capital humano na Educação através de custosos e constantes treinamentos e cursos, resultando na formação de mão-de-obra útil ao exercício de reserva de outros setores com a evasão dos treinados do trabalho de Educação.

- Constatções na Área Administrativa

A estrutura organizacional da SE (em que convivem uma oficial e outra oficioso) mantém separadas ações que se complementam, administrativa e pedagógica, órgãos que se sobrepõem (CRH, CT, Escola de Nutrição). Outros que formam estrutura, a parte (PRORURAL). Consagra um sistema diretivo de planejamento com decisões centralizadas e ação verticalizada.

A falta de uma política de pessoal e ingerência excessiva do clientelismo político geraram:

- má distribuição do pessoal;
- desestímulo dos que trabalham;
- invasão, na área de Educação Especial de professores alheios à área ou cessão de especialistas da rede es-

transfere a rede privada;

- admissão de pessoal sem concurso público ocasionando o ingresso de profissionais despreparados e sem compromisso com o trabalho, agravada pela multiplicidade de regime jurídico para essa admissão que contribui para a dificuldade na gerência e controle do quadro de pessoal;
- excesso de burocracia na tramitação de processos comuns enquanto outros são tratados diretamente entre a administração e o apadrinhado;
- estatuto do Magistério assegurando direitos, algumas vezes conflitantes com os interesses do aluno;
- atrasos constantes no pagamento gerando contínuas greves, irregularidades nos processos de licitação e incapacidade financeira do Estado (os recursos disponíveis são exclusivos para pagamento de pessoal) ficando os investimentos à conta de recursos federais e de fontes externas.

- Constatações na Área de Ensino

- Educação Pré-Escolar

A Programação é feita fora da realidade da clientela que necessita de iniciação ao processo de leitura para melhor desempenho nas séries seguintes. A partir de 1986 este problema vem sendo corrigido, ainda que em pequena escala.

Há pulverização de recursos financeiros entre várias instituições (LBA, FEBEMCE...) e desenvolvimento de programa com remuneração de pessoal sob forma de bolsa de trabalho, por falta de pessoal preparado.

Há falta de pessoal qualificado e/ou especializado, especialmente docente na área de pré-escolar.

A falta de integração entre as instituições de pré-escolar e com o Ensino de 1º Grau, especialmente na área pedagógica, não assegura a continuidade do processo de desenvolvimento da criança.

Há falta de assistência pedagógica aos professores, especialmente, dos do sistema convencional.

Os espaços físicos são insuficientes e inadequados para a oferta dessa modalidade de ensino.

Além das redes convencionais, outras instituições absorvem parte da demanda pré-escolar (FEBEMCE, LBA e Fundação Educar). A oferta de programas educacionais públicos ou privados não ultrapassa 60% da demanda populacional dessa faixa de idade. Tomando-se apenas a população de 6 anos, havia um déficit de 71,6, em 1983.

No período de 1983/86 a matrícula total cresceu cerca de 60%, verificando-se um maior crescimento no biênio 1985/86, em quanto que em 1984/85 verificou-se um decréscimo de 6,5%. Com relação à faixa de 6 anos, observou-se um crescimento de 78,0% no período de 1983/86, constatando-se um decréscimo de 5,5%, em 1985.

Na rede estadual, o sistema não formal foi implantado no período de 1978/83, caracterizando-se por sua informalidade quanto à ocupação de espaços físicos, metodologia, utilização de recursos humanos da comunidade sem formação pedagógica e a prioridade de atendimento a crianças provenientes de baixa renda.

Em termos de rede de ensino, o maior crescimento deu-se na Rede Oficial, tendo a estadual alcançado 59,0% e a municipal 36,0%, no período de 1979/83. Este maior crescimento deveu-se à implantação dos Programas Municipais de Educação Pré-Escolar, em convênio com a Rede Estadual.

- Ensino de 1º Grau

- Zona Urbana

Questiona-se a compra de vagas ociosas à rede pública - para a contrapartida. O déficit de escolarização em 1983 foi de 35,0% e projetado para 1991, 27,0%.

A produtividade do fluxo na geração escolar 1986/83 foi de 20,9% com uma perda de 79,1%.

O índice de qualificação do pessoal docente era de 7% com 1º Grau incompleto, 49% com 2º Grau-Formação Magistério e 21% com 3º Grau-Formação pedagógica ou outra formação.

A ampliação e recuperação do parque escolar têm crescido lentamente, verificando-se intervalo longo entre uma e outra recuperação, redundando na necessidade de quase reconstrução de prédios.

Há em muitos estabelecimentos ausência de espaços exigidos pelo CEC para autorização e reconhecimento de estabelecimentos e para servir adequadamente as refeições dos escolares. Verifica-se indefinição quanto ao serviço de recuperação de escolas municipais na zona urbana e estaduais na zona rural. São frequentes aspectos contraditórios da questão autonomia x descentralização.

Falta decisão política quanto ao aproveitamento de teleensino, ocasionando a desintegração SE/TVF e minimizando sua expansão. Na zona urbana prepondera a matrícula na rede estadual de ensino (50,0% em 1986).

- Zona Rural

A marginalização escolar era em torno de 34,2% em 83. A taxa de promoção do 1º para o 2º série, em 1983, foi de 17%. A perda total da geração 79/80 foi de 81,6%. Consideram-se como causas principais da baixa produtividade:

- origem sócio-econômica e cultural da clientela;
- estrutura, organização e funcionamento do sistema de ensino;
- a suspensão temporária do aluno para incorporar-se à força de trabalho;
- mudança de residência e problemas climáticos.

A maioria das escolas isoladas funciona na "casa da professora" (12.687), com assistência pedagógica precária. As classes multisseriadas não têm metodologia adequada, com carga horária diária de apenas 02 horas.

O ingresso na 1ª série se dá em média, aos 8 anos de idade, com predominância do aluno de sexo feminino, prejudicado pelas condições de nutrição, higiene e saneamento.

A média é de 05 anos para o aluno chegar à 3ª série e de 07 para atingir, à 4ª, aos 15 anos de idade.

A avaliação é feita sem critérios, através de provas mensais variando de professor para professor.

Há carência de recursos humanos para expandir a supervisão.

O índice de qualificação do pessoal docente era de 83,61% com 1º grau incompleto e 6,09% com formação para o magistério.

A rede municipal detém 43,7% da matrícula total, a estadual 28% e a Particular 26,6%.

A rede municipal mantém a maioria das escolas na zona rural (95,5% em 1986).

No sentido de fortalecer o ensino de 1º grau da Rede Municipal a Secretaria de Educação, através do PROURAL, desenvolveu as seguintes atividades no período de 1983-86:

- assistência financeira a 151 Órgãos Municipais de Educação (Prefeituras Municipais);
- cooperação técnica com vistas à implantação do Estatuto do Magistério em 144 municípios;
- apoio técnico à Associação de Desenvolvimento da Comunidade Pesqueira de Mundau;
- levantamento geral de dados para tratamento estatístico e cadastro de prédios escolares;
- atualização e acompanhamento a Projeto de Planejamento da Rede Física Escolar (Rede Municipal);
- encontro para avaliação do Estatuto do Magistério nas regiões: Cariri e Sertões Cearenses.

- promoção de Encontro para Planejamento da Rede Física Escolar Rural envolvendo 151 municípios (Regiões: Cariri, Sertões Cearenses, Baturité, Ibiapaba, Baixo Jaguaribe, Inhamuns e Salgado, Quixeramobim e Médio Jaguaribe e Litoral) com um total de 356 participantes.

tes (Coordenadores e Técnicos de OME);

- realização de estudos voltados para a identificação de formas de trabalho adotados pelos Professores Ru-rais;
- formulação de metodologia para classes multisseriadas;
- estruturação de serviço de arquivo e escrituração es-colar da rede municipal;
- apoio aos trabalhos comunitários desenvolvidos em Mundau em integração com outras instituições;
- acompanhamento do sistema de supervisão rural;

- Em relação à Capacitação de Recursos Humanos da administração municipal, a SE ofereceu no período de 1983/86:

- qualificação de 7.535 professores não titulados a ní-vel de 1º grau, estando 194 em processo e 7.341 com curso concluído;
- habilitação de 7.465 professores leigos a nível de 2º grau, através do Projeto Logos II, tendo 1.600 pro-fessores concluído o curso e estando 5.865 em processo;
- treinamento de 129 Agentes de Treinamento e 37 moni-tores para atuação junto aos professores no curso de qualificação a nível de 1º grau;

- encontros para pessoal envolvido nas atividades dos Centros de Educação Rural/CERU, (Coordenadores, Técni-cos, líderes comunitários e professores) num total de 238 participantes;

- encontros intermunicipais para avaliação das ativida-des desenvolvidas em 1986 e definição de linhas ge-raís de trabalho para 1987;

- encontros para implantação do Estatuto do Magistério nas regiões: Baixo Jaguaribe, Baturité, Ibipaba, Inhamuns e Salgado, Litoral, Quixeramobim e Médio Jaguaribe;

Em que pesem todos os esforços empreendidos pela Secre-taria, no tocante a melhoria da qualidade do ensino da zona rural, alguns problemas básicos de ordem estrutural permanecem, tais como:

- centralização dos recursos por parte da União, limi-

tando a ação do município;

- baixa remuneração do pessoal técnico, docente e administrativo. Em 1986, dos 24.161 professores da Rede Municipal, 57,02% recebiam de remuneração até CZ\$ 100,00. Isso vem acarretando uma permanente mobilidade do pessoal para outras áreas e consequentemente, tornando-se ineficaz as ações de capacitação voltadas para a melhoria do Ensino;
- inexistência de uma política de pessoal no sentido de assegurar a regulamentação da carreira do magistério, garantindo a esses profissionais do município direito a salários justos;
- atendimento padronizado dispensado aos municípios;
- admisão permanente de professores leigos na Rede de Ensino;
- avaliação pouco criteriosa dos Projetos Especiais.

- Ensino de 2º Grau

É notório o descaso pela formação do adolescente que não atinge seus objetivos de educação nem quanto à formação geral nem profissional.

Há uma indefinição e ambiguidade quanto à concepção da política de "preparação para o trabalho".

É frequente a criação de escolas de 2º Grau sem atender a critérios legais.

O currículo e a programação são dispersos, sem sequência de conteúdos, nem o hábito de exercício de fixação.

O curso noturno é precário, com problemas administrativos e pedagógicos.

As habilidades de técnico - agrícola e de Magistério não apresentam resultados satisfatórios.

As quatro escolas agrícolas têm problemas crônicos de direção.

Há problema de orientação e desenvolvimento de estágio.

A preferência, na rede estadual é pela habilitação de magistério com 50 cursos normais (42 no interior e 8 na capital); 24 cursos são de preparação para o trabalho e 16 cursos de contabilidade.

Os recursos destinados a rede de ensino de 2º Grau são escassos.

Verifica-se falta de entrosamento das Coordenações entre as instâncias central e intermediária (SE e DERE) e a definição de funções específicas.

A rede particular é a maior ofertante da matrícula com 51,0%, seguindo-se a rede estadual com 41,0%.

A evasão da rede estadual foi agravada, em 1984, com um decréscimo de matrícula ocasionado pelo problema das paralisasões.

No período de 1983/86 houve uma oferta de 4.927 vagas, ou seja, um aumento de 5,0% no período.

O déficit real na faixa de 15 a 19 anos em 1983 era de 92,2%, em 1986 de 92,8%. Estima-se que em 1991, será de 915% e no ano 2001, 92,5%.

No percurso, de 1982/84, deu-se uma perda escolar de 42,9% nesta geração.

- Educação Especial

Faltam pesquisa exata da demanda e equipes de triagem, acompanhamento e avaliação.

Há desarticulação entre os órgãos que atendem pessoas deficientes.

Não se dá a absorção do aluno pelo Ensino Regular. A dificuldade é grande na colocação do aprendiz no mercado de trabalho.

Os recursos financeiros são insuficientes. Os cursos de especialização para professores são raros.

O atendimento é pouco significativo: (Na Rede Estadual de 537.917, são atendidos 970 - 0,18%). O crescimento desse atendimento é lento (1980 - 970 pessoas deficientes atendidas). Em 1985, o atendimento foi de 1.563 alunos.

É intensa a evasão dos alunos.

- Educação de Adultos

Observa-se um decréscimo da matrícula de 1985 para 1986 (1985 - 41.708 alunos; 1986 - 28.537).

É inexpressivo o atendimento à população analfabeta (de 1.461.288 analfabetos, somente 48.618 são atendidos) (dados projetados para 1987) e inexpressivos são, também, os índices de aprovação, com perdas entre 70 e 80%.

Os exames supletivos continuam desacreditados, com sérias acusações à comissão coordenadora.

São pouco significativos os resultados dos projetos do Centro de Educação Rural (CERU) e Projeto de Pesca, quanto ao processo de conscientização e organização dos grupos comunitários.

São também pouco satisfatórios os produtos do trabalho desenvolvido pelos centros de ensino supletivo - CES, sobretudo o de Fortaleza.

- Assistência ao Educando

Dentre as estratégias voltadas para os aspectos administrativos e pedagógicos, com efeitos sobre a eficiência e qualidade do ensino, ressalta-se o desenvolvimento de ações assistenciais ao aluno, em termos de alimentação, (merenda escolar), material didático e escolar, concessão de bolsas de estudo e compra de vagas ociosas, serviço de saúde (serviço médico-odontológico, tratamento psicoterápico, prevenção contra drogas, etc).

Entretanto, nem todas essas ações assistenciais se desenvolvem de modo satisfatório na escola, e o que é de lamentar é a falta de conscientização que essa ajuda à escola pública não deva ser considerada favor governamental, mas alguma distribuição de renda não-nomética às famílias carentes de emprego ou com baixo salário. Destaque-se, também, que urge uma revisão na política da merenda escolar desde a aquisição à distribuição dos produtos.

Além disso, deve-se sempre reservar para a escola a especificidade de sua função: a transmissão do saber sistematizado. Isto significa que, embora a escola pública tenha que assumir, por força de circunstâncias, tarefas assistenciais, estas não devem substituir, prejudicar ou dificultar o trabalho escolar.

- Educação Superior

A situação de crise no Ensino Superior, sobretudo, Público tem repercutido na qualidade do ensino dos diversos graus e modalidades de Ensino.

O alheamento das instituições de graduados e pós-graduados, quanto às competências intelectual, técnica e política de seus formados, especialmente na área das Ciências Humanas, a ação modesta quanto à produção de pesquisa e a extensão comunitária, a falta de integração desse grau de ensino com os outros graus e modalidades de ensino, são obviamente causadores de sérias consequências para o Sistema de Educação Pública.

1.2 - PROPOSTA DE AÇÃO

- Objetivos Gerais
- Diretrizes
- Prioridades
- Metas
- Programas Prioritários
- Objetivos Gerais
- Listagem dos Projetos

02 - OBJETIVOS GERAIS

- Recuperar a credibilidade do Ensino Público, junto à comunidade, oferecendo-lhe Educação Básica para o Trabalho, Participação e Cidadania, mediante o ingresso e permanência do aluno na Escola Pública gratuita e de boa qualidade.
- Instituir a classe de alfabetização para as crianças a partir de 06 anos;
- universalizar o Ensino de 1º Grau na faixa de 07 a 14 anos;
- Redefinir e ampliar o Ensino de 2º Grau;
- Redimensionar e expandir as modalidades de Educação Pré-Escolar, Educação Especial e Educação de adultos;
- Integrar a Educação Física e o Desporto no processo educacional
- Fortalecer padrões mais eficientes de desempenho pedagógico, administrativo e de planejamento participativo em todos os níveis;
- Utilizar recursos tecnológicos para fins educativos;
- Redefinir as competências institucionais no exercício dos encargos públicos em relação ao setor Educação;
- Redefinir a política de assistência ao educando;
- Apoio a municipalização do Ensino de 1º Grau.

03 - DIRETRIZES

A elaboração de um projeto de educação para o Estado do Ceará que implique em reais **MUDANÇAS** deve garantir:

- Que a escola pública se destine a toda população em idade escolar e aos jovens e adultos que não tiveram escolarização regular, proporcionando-lhes um ensino de boa qualidade. Que a escola recupere sua função primordial de transmitir e produzir conhecimentos, transforme-se num espaço de questionamento da realidade, favorecendo ao educando tornar-se um CIDADÃO LIVRE, CONSCIENTE, PARTICIPATIVO, PRODUTO e AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO:

- Que seja proporcionada à rede municipal de ensino, especialmente à zona rural, cooperação técnico-administrativo-pedagógico e assistência financeira eficiente do Estado para que, dentro do seu contexto, mantenha um bom padrão de qualidade;
- Que a escola pública, sem perder de vista a transmissão do saber sistematizado, seja um veículo de valorização, desenvolvimento e divulgação da cultura local, organizando-se, enriquecendo-se e contribuindo para a formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento de sua comunidade;
- Que os recursos públicos destinados à educação sejam aplicados prioritariamente na escola pública.
- Somente será permitida a cessão de recursos para a rede pública de ensino quando comprovada a insuficiência do parque escolar pelo setor técnico competente e constitua-se como a única alternativa de continuidade de estudos ao nível das séries terminais do 1º Grau para alunos egressos da escola pública;
- Que a Secretaria de Educação assegure apoio técnico, pedagógico e financeiro às Escolas de Comunidade quando, por insuficiência do parque escolar público, atendam gratuitamente a população escolarizável;
- Que a comunidade reconheça a escola como um bem público a seu serviço, entendendo que é a grande financiadora do seu funcionamento e que, a partir dessa concepção, exija um bom ensino, fiscalize sua execução e controle seus resultados;
- Que a Secretaria de Educação assuma sua responsabilidade maior de servir, acima de tudo, às necessidades do sistema de ensino garantido que nenhum interesse estranho à comunidade escolar a distancie de sua essencial finalidade - A EDUCAÇÃO;
- Que o princípio da racionalização direcione efetivamente a reorganização estrutural do Sistema de Educação do Ceará garantindo a otimização dos meios e a qualidade dos fins;
- Que o funcionamento dos órgãos constitutivos do Sistema de Ensino do Estado reflita a dimensão essencial do ato de educar, tendo como base uma ação administrativa descentralizada e um processo de planejamento participativo;
- Que a administração do Sistema Educacional respalde um projeto de educação em que a escola, aberta à participação efetiva

tiva da comunidade, possa construir sua proposta educativa ;

- Que o Governo assegure a democratização da escola, não apenas em termos quantitativos, mas sobretudo, qualitativos;

- Que a Educação Pré-Escolar desenvolva uma ação voltada para a socialização, a alfabetização e a melhoria de qualidade do ensino;

- Que a Educação Básica seja prioridade do Sistema de Ensino do Estado;

- Que o aluno conheça os códigos sociais, as relações de trabalho e as técnicas indispensáveis e uma maior participação econômica, política e social;

- Que o sistema educacional garanta a racionalização do Parque Escolar do 2º Grau;

- Que o currículo do 2º grau ministrado na escola pública proporcione aprofundamento de conteúdos científicos, assegurando competência intelectual a sua clientela;

- Que a escola normal assuma a sua função de agência formadora do professor de séries iniciais do 1º Grau, capacitando-o para ser um líder na comunidade escolar, alfabetizar e preparar o aluno para o exercício da cidadania;

- Que a Secretaria de Educação assegure a cooperação técnico-financeira necessária ao desenvolvimento da preparação pelo e para o trabalho, promovendo uma ação integrada com órgãos afins, voltados para as necessidades e características das regiões;

- Que o Ensino Especial, considerando-se as condições regionais e locais, deva priorizar a prevenção de deficiência a nível de Pré-Escolar e 1º Grau;

- Que as ações educativas saiam de sua formalidade rígida e apoiadas nas experiências e necessidades de sua clientela, possibilitem uma compreensão mais crítica da realidade e mecanismos para enfrentá-la;

- Que os profissionais a serviço da educação, em todos os níveis, possam, através de um processo de capacitação, contribuir de forma eficiente para a escola;

- Que o Governo do Estado integre as Universidades Cearenses ao seu programa de mudança, de modo que a sociedade Cearense usufrua dos resultados das pesquisas científicas e tecnológicas na melhoria da vida, da produtividade econômica e do bem

estar da maioria.

- Que a Sociedade Cearense consiga tirar o maior proveito possível da existência e interiorização de cursos superiores, através de uma política criteriosa de expansão e interiorização do ensino superior, de manutenção de sua qualidade em níveis elevados e de integração à natureza e às necessidades do meio;

- Que haja integração dos cursos de Licenciatura da Universidade Estadual com as escolas do 1º e 2º graus e com qualquer outra modalidade de ensino;

- Enfim, que COMUNIDADE, ESCOLAS de 1º e 2º graus e demais modalidades de ensino, DELEGACIAS REGIONAIS e SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, via processo de planejamento participativo, encontrem os caminhos que tornem o ensino público estadual do Ceará acreditado. Que façam dessa busca a razão maior do trabalho educacional do servidor público.

04 - PRIORIDADES

Em face aos fatores limitantes e dificuldades que se antepõem ao Sistema Estadual de Educação no que tange à oferta de vagas e melhoria de atendimento educacional, a SE, DERE's, OME's e UEs têm que concentrar esforços e despendar maiores recursos para satisfazer as necessidades consideradas prioritárias. Neste sentido foram destacados as seguintes prioridades:

- Expansão do atendimento à população escolarizável de 1º grau, com criação de classe de alfabetização com ênfase nas quatro primeiras séries;
- Promoção de experiências para maior permanência dos alunos de 1º grau na escola;
- Expansão e melhoria da educação para jovens e adultos que não tiveram acesso a escola regular ou que dela foram excluídos;
- Eficiência e eficácia do sistema de Ensino como intervenção na melhoria qualitativa do processo ensino-aprendizagem, de forma a manter número de alunos fluindo no sistema com menores níveis de atendimento;

- Racionalização administrativa e de planejamento do desempenho da SE, DERE, OME e UE de modo a tornar mais ágeis e produtivos os serviços prestados;

- Redefinição da política de treinamento, para todo o sistema(SF, DERE, OME e UE), graus e modalidades de ensino;
- Definição de uma política de preparação para o trabalho, especialmente para as habilitações de magistério e técnico-agrícola;
- Instalação de escolas em áreas de Reforma Agrária-Perímetros irrigados, Escola de Pesca e outros.

QUADRO DE METAS

METAS	UNIDADE	Q U A N T I D A D E				
		1987	1988	1989	1990	1991
01 - <u>ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA</u>						
1.1- Modernização Administrativa da Secretaria de Educação.	-	x	x	x	-	-
1.2- Criação e implantação do Plano de Cargos e Salários.	-	x	x	-	-	-
1.3- Atualização do Planejamento da Rede Escolar.	-	x	x	-	-	-
1.4- Atualização e aperfeiçoamento de 2.000 Servidores da SE e DERE's.	-	400	800	800	-	-
02 - <u>EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR</u>						
2.1- Expansão e melhoria do atendimento a 46.000 crianças do Pré-Escolar(5 anos).	Criança	-	9.000	12.000	12.000	13.000
2.2- Implantação de classe de alfabetização para 75.000 alunos.	Aluno.	-	15.000	18.000	20.000	22.000
2.3- Ampliação de 1.550 salas e/ou aproveitamento de espaços ociosos existentes na comunidade.	Espaço	-	300	400	400	450
2.4- Atualização e aperfeiçoamento de Recursos Humanos atingindo 2.300 participantes para implantação de classes de alfabetização.	Participante	-	300	600	667	-
2.5- Atualização de Recursos Humanos para expansão e manutenção do pré-escolar(05 anos) num total de 2.100 participantes.	Participante	300	400	450	450	2.100

METAS	UNIDADE	Q U A N T I D A D E				
		1937	1938	1939	1990	1991
2.6- Equipamento e/ou reequipamento de 1.400 salas pré-escolares.	Sala	-	200	300	400	500
2.7- Recuperação de 1.000 salas para pré-escolares.	Sala	100	150	200	250	300
03 - ENSINO DE 1º GRAU						
3.1- Expansão e melhoria do atendimento escolar para a população de 07 a 14 anos para 287.190 alunos.	Aluno	26.190	73.800	74.700	72.000	40.500
3.2- Construção e Equipamento de 473 Unidades Escolares de 02, 04 ou 06 salas de aula na Capital e Interior.	Sala	24	115	120	130	84
3.3- Ampliação e Equipamento de 1.299 salas de aula.	Sala	179	400	320	200	200
3.4- Recuperação de 1.800 Unidades Escolares	Escola	242	400	440	460	258
3.5- Reequipamento de 1.421 Unidades Escolares.		91	400	350	300	280
3.6- Melhoria das condições de 4.119 casas do professor.	Casa	4.879	1.160	580	580	-
3.7- Apoio à expansão e Melhoria do Telesistema de ensino atingindo a 22.500 alunos.	Telesala	2.500	5.000	5.000	5.000	-
3.8- Atualização e aperfeiçoamento de Recursos Humanos, num total de 64.500 participantes.	Professor Especialista Técnico Administrativo	7.820 1.500 250 3.000	8.150 1.500 370 5.500	10.850 1.500 380 6.800	15.180 1.500 - 4.700	- - - -

METAS	UNIDADE	Q U A N T I D A D E					
		1987	1988	1989	1990	1991	
3.9- Expansão e Melhoria dos Programas de Assistência ao Estudante a 1.461.281 alunos.	-	1.329.411	1.372.517	1.415.623	1.458.729	1.461.281	
3.10- Apoio à Regionalização e Municipalização da Merenda Escolar em 56 Municípios	DERE Município	14 20	14 37	14 41	14 49	14 56	
3.11- Fortalecimento do Ensino Municipal	Município	151	151	151	151	151	
3.12- Cooperação Técnica e Assistência Financeira a 151 Municípios.	Município	151	151	151	151	151	
<u>04 - ENSINO DO 2º GRAU</u>							
4.1- Expansão e Melhoria do atendimento escolar a 29.700 alunos.	Aluno	3.780	5.940	5.940	7.020	7.020	
4.2- Construção e Equipamento de 18 Unidades Escolares num total de 120 salas de aula.	Escola Sala	02 04	04 06	04 06	04 08	04 08	
4.3- Ampliação e Equipamento de 100 salas de aula.	Sala	20	20	20	20	20	
4.4- Recuperação de 90 Unidades Escolares	Escola	10	20	20	20	20	
4.5- Reequipamento de 150 Unidades Escolares	Escola	40	40	30	30	20	
4.6- Atualização e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos (professor, pessoal técnico e administrativo) num total de 6.560 participantes.	Participante	1.200	1.300	1.400	1.500	1.160	
4.7- Redimensionamento do Ensino Agropecuário	Ensino	x	x	x	-	-	

METAS	UNIDADE	Q U A N T I D A D E				
		1987	1988	1989	1990	1991
4.3- Revitalização do curso de formação para o Magistério.	Ensino	x	x	x	-	-
4.9- Fortalecimento da formação geral e técnica no Ensino de 2º Grau.	Ensino	x	x	x	-	-
05 - EDUCAÇÃO ESPECIAL						
5.1- Expansão e melhoria do atendimento da Educação Especial, nos diversos níveis, graus e modalidades beneficiando a 5.900 alunos.	Aluno	640	950	1.180	1.400	1.730
5.2- Atualização e aperfeiçoamento de Recursos Humanos num total de 2.740 participantes	Professor Especialista Técnico Adm.	160 90 50	250 100 70	350 120 80	450 130 100	540 150 100
5.3- Ampliação de 160 salas para expansão do atendimento.	Sala	14	24	32	40	50
5.4- Realimentação do processo de triagem do aluno portador de deficiência, atendendo a 4.000 alunos.	Aluno Centro	1.800 01	2.400 01	3.000 01	4.000 01	4.000 01
5.5- Equipamento e reequipamento de 200 salas de Educação Especial.	Sala	20	30	40	50	60
06 - EDUCAÇÃO DE ADULTOS						
6.1- Ampliação de oportunidades educacionais ao ensino supletivo em complementaridade ao ensino regular através da construção de 22 NES e 15 CES, beneficiando a 21.600 alunos.	Sala CES Aluno	03 03 3.900	06 03 4.800	04 03 4.200	05 03 4.500	04 03 21.600

METAS	UNIDADE	Q U A N T I D A D E				
		1987	1988	1989	1990	1991
6.2- Realização de 220 cursos destinados a preparação de mão de obra.	Curso	40	55	60	75	80
6.3- Capacitação de 69.094 professores leigos a nível de 1º e 2º Grau.	Professor	4.994	11.500	15.000	17.600	20.000
6.4- Expansão e Melhoria do atendimento a 306.418 jovens e adultos com ênfase na alfabetização.	DERE Biblioteca Aluno	14 05 51.000	14 06 56.100	14 04 61.710	14 05 67.861	14 04 74.647
6.5- Realização de 20 exames supletivos para validação de conhecimentos.	Exame	05	05	05	05	05
07 - <u>ENSINO SUPERIOR</u>						
7.1- Integração dos cursos de licenciatura das Universidades Estaduais com a Escola de 1º e 2º Grau e com qualquer outra modalidade de ensino.	Curso	-	-	-	-	-

- EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO PÚBLICO

OBJETIVO

Ampliar o atendimento da população escolarizável e aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem nos diversos graus e modalidades de ensino.

O Programa de Expansão e Melhoria do Ensino, será operacionalizado através dos seguintes projetos:

- Projeto Desenvolvimento da Ed. Pré-Escolar
- Projeto Escola Para Todos
- Projeto Desenv. do Ensino de 2º Grau
- Projeto Desenv. da Educação de Adultos
- Projeto Desenv. da Educação Especial
- Projeto Assistência ao Estudando

- APOIO AO PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO

OBJETIVOS

- Determinar padrões mais eficientes de desempenho administrativo e de planejamento participativo em todos os níveis (SE, DERE e UE);
- Definir uma política de pessoal;
- Garantir a utilização de recursos tecnológicos para fins administrativos e de planejamento.
- O Programa de Apoio ao Planejamento e Administração do Sistema será operacionalizado através dos seguintes projetos:
- Projeto Modernização Administrativa (Informática)
- Projeto Valorização do Recursos Humanos (cargos e Salário cursos)
- Projeto Planejamento da Rede Escolar.

1. PROGRAMA - EXPANSÃO E MELHORIA DO
ENSINO PÚBLICO
2. PROGRAMA - APOIO AO PLANEJAMENTO
E A ADMINISTRAÇÃO

2ª PARTE

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PLANO SETORIAL DE EDUCAÇÃO

1987 / 1991

01 - TÍTULO DO PROGRAMA

- Expansão e Melhoria do Ensino

02 - ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

- Ministério de Educação
- Fundação de Assistência ao Estudante;
- Fundação Educar;
- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;
- Delegacia Regional do Ministério de Educação - DEMEC;
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;
- Legião Brasileira de Assistência - LBA;
- Instituto Nacional da Previdência Social - INAMPS;
- Universidade Estadual do Ceará - UECE;
- Universidade Federal do Ceará - UFC;
- Universidade de Fortaleza - UNIFOR;
- Secretaria de Planejamento e Coordenação - SEPLAN;
- Secretaria de Saúde;
- Secretaria de Ação Social;
- Secretaria de Administração;
- Secretaria de Transporte, Energia, Comunicação e Obras;
- Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária;
- Secretaria de Educação e Cultura do Município - SEC;
- Secretaria de Cultura;
- Fundação do Bem Estar do Menor do Ceará - FEFEMCE;

- Televisão Educativa do Ceará - TVE;
- Delegacias Regionais de Educação - DERE;
- Prefeituras Municipais.

- Geral

- Expandir e aperfeiçoar o sistema de ensino oficial nos diversos graus e modalidades.

- Específicos

- ampliar e recuperar a rede oficial de ensino;
- elevar o nível de eficiência do sistema pela redução dos índices de evasão, repetência e distorção etária;
- promover a melhoria dos padrões de desempenho dos cursos humanos integrantes da rede escolar, de modo a permitir a elevação da produtividade do ensino;
- estimular a participação efetiva da comunidade no processo educacional, de forma que a gestão e a dinâmica das unidades escolares sejam participadas por pais ou responsáveis pela educação;
- desenvolver e aperfeiçoar as formas de atendimento aos alunos carentes, particularmente aquelas relacionadas à merenda escolar, material ensino-aprendizagem, e saúde de escolar;
- elevar o nível de atendimento ao pré-escolar, prioritariamente da população de 06 anos;
- oferecer atendimento à clientela do Ensino Especial segundo a natureza e o grau de excepcionalidade;
- assegurar a continuidade de estudos aos egressos de 1º Grau da escola pública;
- fortalecer a formação geral e técnica do ensino de 2º Grau;

- oferecer oportunidade educacionais para jovens e adultos, buscando a erradicação do analfabetismo;
- possibilitar à clientela específica de educação de adultos a continuidade de estudos e preparação para o trabalho

- fortalecer o ensino municipal através da cooperação técnica e assistência financeira;
- expandir o atendimento da clientela potencial na faixa de 07 a 14 anos na rede oficial de ensino;
- promover a expansão e melhoria das oportunidades educacionais para jovens e adultos tanto no contexto da educação permanente quanto para a correção das disfunções do ensino regular, numa ação integrada com outras instituições que atuam nessa área

04 - JUSTIFICATIVA

Os estudos realizados sobre o Sistema educacional revelam problemas heterogêneos e complexos que refletem as dificuldades des sócio-econômicas do Estado.

O diagnóstico da realidade educacional evidenciona problemas em todos os níveis e modalidades de ensino, já considerados crônicos. Por esta razão se constitui um real desafio à competência dos responsáveis pela causa educacional.

Na área da Educação Pré-Escolar, destacam-se como problemas principais, o grande déficit de atendimento à demanda, que em 1983 era de 87,5% na faixa de 0/06 anos e de 78% na faixa de 4/6, aliado à falta de uma política integrada com as demais instituições que atuam na área, falta de pessoal qualificado e/ou especializado e ainda a falta de integração com o Ensino de 1º Grau, constatando-se uma descontinuidade curricular do Pré para a 1ª série.

Para corrigir estas distorções, propõe-se para este quinquênio a implantação de uma política integrada com as instituições que atuam junto ao pré-escolar e a integração com o Ensino de 1º Grau com a implantação das classes de alfabetização para as crianças de 06 anos, além da capacitação dos recursos humanos envolvidos. Com relação à Educação Especial, vários problemas vêm dificultando o desenvolvimento desta modalidade de ensino, destacando-se, a falta de pesquisa e triagem da demanda, atendimento pouco significativo (menos de 1%), desarticulação interinstitucional, não absorção do aluno pelo Ensino Regular e dificuldade de colocação de aprendiz no mercado de trabalho.

Visando minimizar estes problemas, pretende-se para este quinquênio a expansão e a melhoria do atendimento com ênfase na Pré-Escolar e 1º Grau, a implantação de uma política integrada com as demais instituições que atendem ao deficiente e a redefinição do Centro de Triagem e Diagnóstico.

Dentre os problemas mais relevantes e que são considerados como estrangulamentos reais do Ensino de 1º Grau estão:

- o crescimento do déficit de escolaridade em todos os níveis, principalmente no ensino de 1º Grau, onde se situa a faixa de obrigatoriedade escolar que alcança, em 1986, o índice de 30,0% na zona urbana e 27,0% a zona rural.
- Alada a este problema, existe a baixa produtividade do fluxo escolar que na geração 76/83 foi de 20,9% com uma perda de 79,1%, sendo o maior entrave deste fluxo localizado na base da pirâmide exatamente na passagem da 1ª para a 2ª série, onde o índice de perda chega até a 81,6% na zona rural;
- o crescimento lento da ampliação e recuperação do parque escolar, coloca-se como mais um obstáculo à

diminuição do déficit de escolaridade.

Alado a estes e incluindo diretamente na qualidade do processo ensino-aprendizagem está o baixo índice de qualificação de pessoal docente, que na zona urbana chega a 7% com 1º Grau, 49% com 2º Grau e 21% com 3º Grau. Na zona rural estes índices são alarmantes, chegando a 83,6% com o 1º Grau incompleto e 6,0% com o 2º Grau. Isto em consequência da Rede Municipal deter a maior matrícula, em torno de 43,2% e ser praticamente sua rede de ensino de escolas isoladas, 95,5%.

Quanto ao Ensino de 2º Grau, é inquietante que uma

Não ou um Estado não demonstrem real interesse pela formação de seu grande contingente de população jovem. De fato, é notório o descaso pela formação dos "donos do amanhã". A política de 2º Grau proclamada pelas Leis 5692/71 e 7044/82 continua indefinida e ambígua quanto à concepção da "preparação para o trabalho". Também não há rigor na instalação de escolas desse grau. O currículo desenvolve-se, geralmente, com programação dispersa sem a prática de exercícios de fixação. Agrava-se a situação nos cursos noturnos, com insólitos impasses administrativos e pedagógicos. A habilitação de técnico-agricola oferecida em 04 escolas estaduais e a de magistério, de maior preferência, não conseguiram formar técnicos de nível médio, com satisfatória competência.

A administração particular constitui-se a maior oferta de matrícula, com 51,0%, seguindo-se a rede estadual, com 41,0% do aluno. A evasão da rede estadual tem-se agravado com o problema

da falta de pagamento dos salários dos professores que causou sucessivas paralisações. Aparentemente, a procura efetiva decorrente do nº de concluintes de 1º Grau acrescida dos retardatários procedentes do Ensino Supletivo tem sido atendida. Na verdade, o déficit real na faixa de 15 a 19 anos, em 1987, é de 92,0% o que corresponde a 647.986 jovens no Estado fora da escola de 2º Grau. No período de 1979/83 não foi construído nenhum dos prédios previstos para esse grau de ensino. Além de seletiva, a Escola de 2º Grau tem se mostrado excludente, com uma perda escolar de 42,9% na geração de 1982/84. Em síntese, o 2º Grau, especialmente o mantido pelo Poder Público não tem contribuído significativamente para que os jovens tenham competência intelectual para ingressar no 3º Grau, como também competências técnicas e políticas indispensáveis aos jovens que devem participar da vida social do país. Acrescente-se ao exposto, a escassez de recursos.

Na área da Educação de Adultos não se conta com uma política, a nível de estado, que venha a ser operacionalizada de modo a refletir o discurso expresso em leis e pareceres. Apesar das propostas e programações pretendidas para alcançar uma população que se encontra à margem do sistema de ensino regular, observa-se que esse tipo de educação se mantém numa linha caracteristicamente formal, embora desenvolva algumas ações permeadas de um certo grau de flexibilidade. Por outro lado, sofre o mesmo descrédito e as mesmas dificuldades enfrentadas pelo ensino regular, quanto ao afastamento de pessoal por licença ou disposições especiais, a qualificação precária do docente bem como, o seu descompromisso, afetando significativamente a qualidade desse tipo de ensino.

Quanto à expansão da oferta, observa-se que apesar da variedade de opções que apresenta essa linha de escolarização, constatase que em 1986, a demanda potencial para a alfabetização se compunha de 1.451.130 jovens e adultos analfabetos, detendo um déficit absoluto de atendimento a 697.269 pessoas, correspondendo a 48,1% da população de 15 anos e mais. Esse déficit projetado alcançará em 1990, a 622.934 pessoas, redução considerada inexpressiva para o esforço dispendido na direção da erradicação do analfabetismo no Estado.

Os problemas expostos relativos a déficit, baixa produtividade do sistema de ensino, crescimento lento de ampliação do parque escolar, a baixa qualificação do pessoal docente e a falta de uma política de educação, estão presentes em todos os níveis e modalidades de ensino, daí porque a Secretaria de Educação selecionou uma

série de medidas imprescindíveis à superação de tais problemas, como a adoção de Programa de Expansão e Melhoria do Sistema de Ensino, com objetivos bastante abrangentes e que venha a minimizar os problemas aqui evidenciados.

O referido programa se propõe a:

- expandir as oportunidades educacionais para a população potencial em todos os níveis e modalidades de Ensino, numa tentativa de, no final do quinquênio, haver reduzido o déficit de escolaridade e

- melhoria das condições do Ensino-aprendizagem, através da capacitação, treinamento de Recursos Humanos atuantes no Sistema, bem como com o programa bem desenvolvido de Assistência ao Estudante, através de ações assistenciais integradas de alimentação, material didático e escolar, concessão de bolsas de estudo e de trabalho, serviço de saúde (atendimento médico-odontológico, psicoterápico, prevenção contra drogas, etc), tudo voltado para o melhor desempenho da Escola na sua função precípua de impulsionadora de mudanças. Isso significa que, embora a Escola Pública tenha que assumir, por força de circunstância, tarefas assistenciais, estas não devem substituir, prejudicar ou dificultar o trabalho escolar. A escola deve continuar sendo o lugar onde as crianças, jovens e adultos encontrem condições de desenvolver o seu potencial criativo e humano, na conquista do espaço sócio-econômico-político-cultural do Homem sujeito.

Escola Pública.

- envolvimento efetivo da Universidade no resgate da

05 QUADRO DE METAS

METAS	UNIDADE	Q U A N T I D A D E				
		1978	1988	1989	1990	1991
01 - <u>EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR</u>						
1.1 - Expansão e melhoria do atendimento a 46.000 crianças do Pré-Escolar(5 anos).	Criança	-	9.000	12.000	12.000	13.000
1.2 - Implantação de classe de alfabetização para 75.000 alunos.	Aluno	-	15.000	18.000	20.000	22.000
1.3 - Ampliação de 1.550 salas e/ou aproveitamento de espaços ociosos existentes na comunidade.	Espaço	-	300	400	400	450
1.4 - Atualização e aperfeiçoamento de Recursos Humanos atingindo 2.300 participantes para implantação de classes de alfabetização.	Participante	-	300	600	667	-733
1.5 - Atualização de Recursos Humanos para expansão e manutenção do pré-escolar(05 anos)num total de 2.100 participantes.	Participante	300	400	450	450	500
1.6 - Equipamento e/ou reequipamento de 1.400 salas para pré-escolar.	Sala	-	200	300	400	500
1.7 - Recuperação de 1.000 salas de pré-escolar.	Sala	100	150	200	250	300

05 QUADRO DE METAS

METAS	UNIDADE	Q U A N T I D A D E				
		1987	1988	1989	1990	1991
02 - <u>ENSINO DE 1º GRAU</u>						
2.1 - Expansão e melhoria do atendimento escolar para a população de 07 a 14 anos para 287.190 alunos.	Aluno	26.190	73.800	74.700	72.000	40.500
2.2 - Construção e Equipamento de 473 Unidades Escolares de 02, 04 ou 06 salas de aula na Capital e Interior.	Sala	24	115	120	130	84
2.3 - Ampliação e Equipamento de 1.299 salas de aula.	Sala	179	400	320	200	200
2.4 - Recuperação de 1.800 Unidades Es-	Escola	242	400	440	460	258
2.5 - Reequipamento de 1.421 Unidades Escolares.		91	400	350	300	280
2.6 - Melhoria das condições de 7.199 casas do professor.	Casa	4.879	1.160	580	580	-
2.7 - Apoio à expansão e melhoria do Tê-lesistema de ensino atingindo a 22.500 alunos.	Telesala	2.500	5.000	5.000	5.000	-
2.8 - Atualização e aperfeiçoamento de Recursos Humanos, num total de 69.000 participantes.	Professor Especialista Técnico Administrativo	7.820 1.500 250 3.000	8.150 1.500 370 5.500	10.850 1.500 380 6.800	15.180 1.500 - 4.700	- - - -

05 QUADRO DE METAS

METAS	UNIDADE	Q U A N T I D A D E				
		1987	1988	1989	1990	1991
2. 9- Expansão e melhoria dos Programas de Assistência ao Estudante a 1.461.281 alunos.	-	1.329.411	1.372.517	1.415.623	1.458.729	1.461.281
2.10- Apoio à Regionalização e Municipalização da Merenda Escolar em 56 Municípios.	DERE Município	14 20	14 37	14 41	14 49	14 56
2.11- Fortalecimento do Ensino Municipal	Município	151	151	151	151	151
2.12- Cooperação Técnica e Assistência Financeira a 151 Municípios.	Município	151	151	151	151	151
03 - ENSINO DO 2º GRAU						
3.1 - Expansão e Melhoria do atendimento escolar a 29.700 alunos.	Aluno	3.780	5.940	5.940	7.200	7.020
3.2 - Construção e Equipamento de 18 Unidades Escolares num total de 120 salas de aula.	Escola Sala	02 04	04 06	04 06	04 08	04 08
3.3 - Ampliação e Equipamento de 100 salas de aula.	Sala	20	20	20	20	20
3.4 - Recuperação de 90 Unidades Escolares	Escola	10	20	20	20	20
3.5 - Reequipamento de 150 Unidades Escolares	Escola	40	40	30	30	20

05 QUADRO DE METAS

METAS	UNIDADE	Q U A N T I D A D E				
		1987	1988	1989	1990	1991
3.6 - Atualização e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos (professor, pessoal técnico e administrativo) (num total de 6.560 participantes).	Participante	1.200	1.300	1.400	1.500	1.160
3.7 - Redimensionamento do Ensino Agropecuário.	Ensino	x	x	x	-	-
3.8 - Revitalização do curso de formação para o Magistério.	Ensino	x	x	x	-	-
3.9 - Fortalecimento da formação geral e técnica no Ensino de 2º Grau.	Ensino	x	x	x	-	-
04 - EDUCAÇÃO ESPECIAL						
4.1 - Expansão e Melhoria do atendimento da Educação Especial, nos diversos níveis, graus e modalidades beneficiando a 5.900 alunos.	Aluno	640	950	1.180	1.400	1.730
4.2 - Atualização e aperfeiçoamento de Recursos Humanos num total de 2.740 participantes	Professor Especialista Técnico Adm.	160 90 50 14	250 100 70 24	350 120 80 32	450 130 100 40	540 150 100 50
4.3 - Ampliação de 160 salas para expansão do atendimento.	Sala	14	24	32	40	50

00000

05 QUADRO DE METAS

METAS	UNIDADE	Q U A N T I D A D E				
		1987	1988	1989	1990	1991
4.4 - Realimentação do processo de triagem do aluno portador de deficiência, atendendo a 4.000 alunos.	Aluno Centro	1.800 01	2.400 01	3.000 01	4.000 01	4.000 01
4.5 - Equipamento e reequipamento de 200 salas de Educação Especial.	Sala	20	30	40	50	60
05 - EDUCAÇÃO DE ADULTOS						
5.1 - Ampliação de oportunidades educacionais ao ensino supletivo em complementaridade ao ensino regular através da construção de 22 NES e 15 CES.	Sala CES	03 03	- 06 03	04 03	05 03	04 03
5.2 - Realização de 310 cursos destinados a preparação de mão de obra.	Curso	40	55	60	75	80
5.3 - Capacitação de 69.094 professores leigos a nível de 1º e 2º Grau.	Professor	4.994	11.500	15.000	17.600	20.000
5.4 - Expansão e Melhoria do atendimento a 311.318 jovens e adultos com ênfase na alfabetização.	DERE Biblioteca Aluno	14 05 51.000 05	14 06 56.100 05	14 04 61.710 05	14 05 67.861 05	14 04 74.647 05
5.5 - Realização de 25 exames supletivos para validação de conhecimentos.	Exame	05	05	05	05	05

05 QUADRO DE METAS

METAS	UNIDADE	Q U A N T I D A D E				
		1987	1988	1989	1990	1991
06 - <u>ENSINO SUPERIOR</u>						
6.1 - Integração dos cursos de licenciatura das Universidades Estaduais com a Escola de 1º e 2º Graus e com qualquer outra modalidade de ensino.	Curso	-	-	-	-	-

Para a consecução do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino serão adotadas as seguintes estratégias:

- redefinição do sistema de ensino, visando assegurar, de forma participativa, o apoio pedagógico aos professores de 1º Grau;
- capacitação e qualificação do professor de 1º Grau das zonas urbanas e rurais;
- articulação com as agências formadoras de professores para a inclusão nos seus currículos, de conteúdos específicos de alfabetização e com as instituições, que desenvolvem programas na área de pré-escolar, para a definição de uma política global de atendimento;
- utilização e manutenção de espaços cedidos pela comunidade para atendimento do pré-escolar;
- ampliação e equipamento da rede física de acordo com a demanda do pré-escolar;
- criação de oportunidades educacionais para o maior número de crianças e pré-adolescentes na faixa de 07 a 14 anos que não tiveram acesso a escola;
- garantia ao aluno de zona urbana e rural de cursar no mínimo as séries iniciais do 1º Grau;
- ocupação de toda capacidade física existente e utilização de espaços ociosos de igrejas, clubes, centros comunitários e outros para o atendimento da clientela de 1º Grau das séries iniciais;
- criação de condições de continuidade de estudos em todo o Estado, aproveitando dentre outros, a capacidade total do sistema de TVE;
- desenvolvimento de um amplo programa de capacitação e qualificação de recursos humanos, contando com o apoio da TVE, Universidade e outros;
- revisão do conteúdo e metodologia dos cursos de capacitação de professores leigos no sentido de garantir melhor desempenho em sala de aula;
- adoção do treinamento em serviço como uma eficiente forma de capacitação de pessoal;
- apoio ao professor com novas metodologias de trabalho, dentre outras para classe multisseriadas;

- revisão da proposta dos Centros de Educação Rural (CERU's) desenvolvendo experiências educativas com o apoio do NUTEC, EMATER, Secretaria de Saúde e outras instituições;
- adequação do currículo de 1º Grau às reais necessidades das áreas de Reforma Agrária, de Perímetros Irrigados, Escola de Pesca e outros;
- garantia ao professor de salários justos, condições satisfatórias de trabalho, respeito aos seus direitos, bem como, o cumprimento eficientes dos seus deveres;
- reorganização gradativa do fluxo de atendimento das unidades escolares de 2º Grau a partir de diretrizes consubstanciadas no planejamento da rede física; expansão da oferta de escolarização no 2º Grau de acordo com as reais necessidades das comunidades e possibilidades do Estado;
- redefinição da proposta curricular de 2º Grau vivenciada nas escolas estaduais de modo a intensificar os conteúdos programáticos da área de formação geral;
- reciclagem e aperfeiçoamento para professores e especialistas em exercício no ensino de 2º Grau;
- reavaliação do currículo e dos conteúdos programáticos para adequá-los aos conhecimentos necessários à prática pedagógica no pré-escolar, séries iniciais do 1º Grau e educação de adultos;
- desenvolvimento de uma metodologia de integração entre escolas de 1º e 2º Graus;
- implementação e/ou implantação de projetos agropecuários nas escolas agrícolas;
- implantação de cooperativas ou ampliação de suas atividades;
- criação de colégios para participação no planejamento e atividades das escolas agrícolas;
- participação das escolas agrícolas em programa de extensão nas áreas agropecuárias e economia doméstica, visando beneficiar pequenos e médios produtores;
- expansão da oferta de Educação Especial prioritariamente no interior do Estado;
- integração do Ensino Especial no Sistema Geral de Educação atendendo às peculiaridades da clientela e às condições locais;

- dotação de equipamento e material pedagógico às Unidades que atuam na área de Ensino Especial;
- articulação da Educação Especial com os demais órgãos e instituições Públicas e Privadas que atuam nesta área;
- remanejamento dos Técnicos e Especialistas do Ensino Especial pertencentes à Rede Estadual, lotados nas Instituições Particulares para possibilitar a expansão e melhoria dessa modalidade de Ensino Especial;
- capacitação dos recursos humanos envolvidos em todos os níveis e modalidades de Ensino;
- realização de ação conjunta, instituições e sociedade no sentido de viabilizar uma ampla proposta educativa integrando educação, saúde e trabalho na Educação de adultos;
- concentração de ações educativas e benefícios que favoreçam a adolescentes e adultos em comunidades, presídios, casas de correção, favelas, áreas de irregularização e assentamento;
- integração entre as Universidades e as instituições isoladas de Ensino Superior, pertencentes à rede estadual continuada a adultos;
- apoio às iniciativas comunitárias de alfabetização de adultos ou educação básica;
- estabelecimento de normas para a realização dos exames supletivos de forma a garantir a sua credibilidade;
- dinamização e implantação dos centros e Núcleos de Estudos Supletivos (CES e NES) existentes tanto na Capital quanto no interior;
- ampliação de oportunidades educacionais numa ação conjunta com a TVE;
- oferecimento de cursos de preparação de mão-de-obra nas diversas técnicas pretendidas pela clientela de Educação de adultos;
- revisão das propostas curriculares e metodológicas dos cursos oferecidos aos professores, possibilitando para os professores leigos;
- revisão da proposta de Supervisão Escolar no sentido de de garantir um maior apoio pedagógico ao professor;

- realização de amplo debate com a comunidade universitária sobre o Plano de Governo, os programas prioritários e as opções políticas e ideológicas;
- aproveitamento das pesquisas científicas e tecnológicas das universidades;
- engajamento da comunidade universitária num amplo trabalho participativo de modo que se use a capacidade política e técnica dos universitários no projeto grande de mudar a sociedade cearense;
- execução de uma política criteriosa de interiorização do Ensino Superior;
- utilização da capacidade política e técnica dos cursos universitários, da capital e sobretudo do interior, no processo de mudança de mentalidade;
- engajamento dos alunos dos cursos de licenciatura nos programas de alfabetização, de educação de adultos e de educação popular;
- integração dos cursos de licenciatura com a escola do 2º Grau;
- integração dos cursos de Pedagogia com os cursos Normais;
- redimensionamento dos currículos e programas do Ensino Superior no sentido de proporcionar a integração necessária com os outros graus e modalidades de ensino.

07 - COMPONENTES DO PROGRAMA - PROJETOS

7.1 - Programa Expansão e Melhoria do Ensino

7.1.1 - PROJETO - Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar

- OBJETIVOS:

- Implantar uma política global de atendimento pré-escolar, em articulação com as demais instituições que atuam junto às crianças de 0/6 anos;
- expandir e melhorar o atendimento informal às crianças de 05 anos;
- implantar classes de alfabetização para as crianças de 06 anos;
- atualizar e/ou aperfeiçoar os recursos humanos envolvidos no sistema formal e informal da rede oficial;

- ampliar salas em Escolas de 1º Grau e/ou aproveitar espaços ociosos da comunidade.

7.1.2- PROJETO - Escola para Todos

- OBJETIVOS:

- promover a universalização do acesso ao ensino de 1º Grau, com ênfase nas quatro séries iniciais, na zona urbana e nas duas primeiras, na zona rural;
- garantir a melhoria da qualidade do ensino, assegurando a permanência do aluno na Escola de 1º Grau, conforme as especificidades da zona urbana e zona rural;
- adotar medidas, sobretudo, pedagógicas, para reduzir a evasão e a repetência, com ênfase na 1ª e 2ª séries do 1º Grau;
- possibilitar a melhoria do desempenho e da competência dos profissionais de educação, através da continuação de programas de capacitação de recursos humanos envolvidos com o ensino de 1º Grau;
- redefinir propostas curriculares para o ensino de 1º Grau, atendendo às necessidades da clientela e as peculiaridades urbana e rural;
- possibilitar o desenvolvimento de experiências que visem à implantação de Escolas em áreas reformadas, o apoio às Escolas Comunitárias e à ampliação de carga horária diária dos alunos de séries iniciais; assegurar a ampliação melhoria do parque escolar, através da construção, ampliação, equipamento e recuperação de Escolas de 1º Grau, bem como outras alternativas, de acordo com as necessidades diagnósticas;

7.1.3- PROJETO - Desenvolvimento do Ensino de 2º Grau

- OBJETIVOS:

- promover a expansão da oferta de escolarização no 2º Grau de acordo com as reais necessidades diagnósticas, através de construção, equipamento e ampliação de Escolas ou salas;

- implantar uma política integrada de atendimento ao deficiente auditivo, visual, físico, mental e/ou com múltipla deficiência, em articulação com as demais instituições que atuam na área;

- OBJETIVOS:

7.1.5- PROJETO - Desenvolvimento da Educação Especial

- possibilitar a construção, recuperação e equipamentação de espaços físicos para o desenvolvimento de ações supletivas.
- promover cursos de atualização e aperfeiçoamento para os recursos humanos que atuam no ensino supletivo;
- aperfeiçoar e expandir cursos de qualificação e habilitação a nível de 1º e 2º graus para professores leigos;
- desenvolver ações de educação e trabalho para jovens e adultos das comunidades carentes;
- oferecer cursos de educação geral para jovens e adultos, priorizando a oferta a nível das primeiras séries do ensino regular de 1º grau;
- fortalecer e aperfeiçoar a oferta de exames supletivos de educação geral e profissionalizante a nível de 1º e 2º graus;
- desenvolver ações de educação e trabalho para jovens e adultos das comunidades carentes;
- aperfeiçoar e expandir cursos de qualificação e habilitação a nível de 1º e 2º graus para professores leigos;
- promover cursos de atualização e aperfeiçoamento para os recursos humanos que atuam no ensino supletivo;
- possibilitar a construção, recuperação e equipamentação de espaços físicos para o desenvolvimento de ações supletivas.

- OBJETIVOS:

7.1.4- PROJETO - Desenvolvimento da Educação de Adultos

- assegurar a melhoria do ensino de 2º grau, priorizando as habilitações para o magistério e agro-pecuária;
- redefinir as propostas curriculares, dando ênfase aos conteúdos programáticos da área de formação geral;
- promover a atualização e/ou aperfeiçoamento dos cursos humanos que atuam no Ensino de 2º grau;
- assegurar a manutenção das Escolas de 2º grau, através da recuperação, reequipamento e aquisição de material de ensino e aprendizagem.

- expandir e melhorar a Educação Especial nos diversos graus e modalidades de atendimento, priorizando a prevenção de deficiências a nível de Pré-escolar e 1º Grau;
- capacitar os recursos humanos envolvidos em Educação Especial, em articulação com as Universidades e/ou outras Agências formadoras;
- ampliar e equipar espaços físicos em Escolas de 1º Grau, prioritariamente no interior, bem como fornecer materiais pedagógicos específicos para desenvolver o processo ensino-aprendizagem;
- garantir o encaminhamento do aluno especial ao local de atendimento adequado, mediante o seu psicológico e diagnóstico e avaliação.

7.1.6- PROJETO - Assistência ao Estudante

- OBJETIVOS:

- garantir o apoio pedagógico à rede oficial através da instalação de bibliotecas, salas de leitura, material escolar e de ensino-aprendizagem;
- assegurar o atendimento ao estudante carente da rede oficial através da implementação dos programas de bolsa de estudo, bolsa de trabalho e casa do estudante;
- fortalecer e expandir os programas de saúde escolar nas áreas odontológico-médico-sanitária e psicologia visando a permanência do aluno na Escola e a melhoria do seu rendimento escolar;
- desenvolver um programa intensivo de alimentações colar, suprimindo a carência alimentar e nutricional do educando;
- prevenir e combater o uso de drogas pelo aluno da rede oficial, mediante atendimento especializado nas áreas social e psicoterápica;
- expandir e ou fortalecer a criação dos Conselhos Técnicos-Administrativos, no sentido de implantar o processo participativo nas Escolas da rede oficial, desde o planejamento até a avaliação das ações, integrando os recursos humanos da Escola e comunidade.

- RECURSOS FINANCEIROS

Serão alocados recursos do próprio Estado, de fontes internas tradicionais e de fontes externas em negociação.

- RECURSOS HUMANOS E TÉCNICOS

Utilizar-se-ão os recursos humanos existentes em todos os níveis da administração (SE, DERE e UE), cuidando-se de sua valorização profissional, aperfeiçoamento, de seu compromisso político com a Educação Pública, de seu melhor aproveitamento, bem como da otimização dos recursos técnicos disponíveis.

08 - ACOMPANHAMENTO AO PROGRAMA

A sistemática de acompanhamento do Programa será voltada para a avaliação de processo e de produtos parciais e finais dos projetos. Na verificação da realização das ações previstas e no atingimento das metas programadas será indispensável a elaboração de mecanismos de acompanhamento que permita o registro de informações necessárias às decisões e providências que se fizerem cabíveis. Assim, cada projeto será devidamente avaliado, utilizando-se os seguintes instrumentos ou procedimentos:

- a) planos Plurianuais e Anuais;
- b) cooperação técnica as equipes e gerentes dos projetos;
- c) fichas mensais de acompanhamento físico-financeiro;
- d) relatórios trimestrais computadorizados que acumulem as ações previstas para o exercício;
- e) relatórios anuais técnicos e Administrativo (RTA);
- f) termos de convênios;
- g) encontros, seminários e reuniões;
- h) avaliação quinzenal no final do Plano.

ÓRGÃOS ENVOLVIDOS -

- Ministério de Educação
- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
- Delegacia do Ministério de Educação
- Universidade Federal do Ceará
- Secretaria de Planejamento e Coordenação
- Secretaria de Administração
- Televisão Educativa do Ceará
- Delegacia Regional de Educação
- Prefeituras Municipais

OBJETIVOS:

- Gerais

- determinar padrões mais eficientes de desempenho administrativo e de planejamento participativo em todos os níveis (SE, DERE e UE);
- utilizar recursos tecnológicos para fins administrativos e de planejamento;
- definir uma política de pessoal concretizada pela criação e implantação de um Plano de Cargos e Salários.

- Específicos

- propor e executar a Reforma Administrativa da SE e das DERE's;
- preparar e implantar um Plano de Cargos e Salários na SE;
- fortalecer o sistema de informática, utilizando de forma mais ampla os procedimentos tecnológicos de automação através do SETEPRO (Serviço Técnico de Processamento de Dados);
- atualizar e ampliar o planejamento da Rede Escolar.

- JUSTIFICATIVA

A proposta de modernização administrativa da Secretaria de Educação tem se transformado em reformas episódicas, pontuais, às vezes, arbitrárias e até com postulações modelos de abordagem (sistêmico) mas que não tiveram implantação completa na sua operacionalização.

ção, quer a nível central (SE) quer nas DERE's (Delegacias Regionais de Educação). Tem-se observado, com efeito, mais preocupação com estruturas organizacionais formais do que com a firmeza de uma teoria política de educação pública que dê sentido ao trabalho e a prática administrativas da SE, DERE e da UE. Não se tem conseguido, requer, estruturar órgãos nas instâncias central e intermediária que dêem sustentação e incentivo ao trabalho das Escolas Públicas Estaduais. Não se tem conseguido uma organização burocrática convergente, mas um aglomerado de órgãos que trabalham com muito ativismo, casuismo, incongruência e confusão. Nessa pedagogia burocrática difusa, os meios tornam fins e os verdadeiros fins são esquecidos. A escola pública continua longe da mira de alcance desses órgãos.

Atualmente, a SE e as DERE's e convivem com uma estrutura esfacelada, isolando as escolas numa falsa autonomia. Esta estrutura, pela sua disfuncionalidade, inorganicidade, verticalidade e centralização comprometem a agilidade das ações fins, resultando numa Escola Pública descaracterizada e pouco atraente e útil.

Também, tem agravado a situação e não valorização dos agentes da educação pública, traduzida no atraso do pagamento de salários, gerando insatisfação, desmotivação e constantes paralisações da categoria docente em prejuízo do trabalho escolar.

Acrescente a isso, o excesso e a lentidão da burocracia de processos e até perda de fichas cadastrais dos servidores. Não se atenta, logicamente, ao fato de que o aluno, os usuários e a sociedade tributada devem ser respeitados como beneficiários.

Apesar de já apreendida, há muito, no discurso da instituição, a falta de uma série política de pessoal, com o flanco aberto a interferência do clientelismo político, tem gerado sérios problemas, tais como:

- admissão de pessoal despreparado, sem concurso público e sem compromisso com o trabalho com consequente precária qualidade de ensino;
- desestímulo aos que trabalham, mas com vantagens pessoais para os comissos;
- excedente de pessoal em determinadas áreas curriculares e carência em outras;
- remoção de pessoal, com prevalência do benefício pessoal disposição e licenças gratuitas para tratamento de saúde;
- intranquilidade para os aposentados;

- processo de eleição de dirigentes de escola pautando-se, muitas vezes, pelos mesmos critérios cliente-lísticos de fora;

- multiplicidade de regime jurídico na admissão de pessoal. Há servidores estatutários, celetistas, contratados em regime especial e, até, remunerados por serviços prestados, ocasionando grande dificuldade na gerência e controle do quadro de cargos e salários do pessoal;

- número sempre crescente de professores leigos, que se tornando-se a importância da política de treinamento.

Por outro ângulo de observação crítica sobre a dinâmica administrativa da SE e das PERE, sente-se o volume de dados e informações crescendo desordenadamente sem se tornarem úteis às decisões de planejamento e de administração. Com efeito o Centro de Informações funciona precariamente. O sistema educacional, de fato, muito se resente da utilização mais ampla da informática através do SETEPRO (Serviço Técnico de Processamento de Dados) que precisa consolidar sua implantação.

Também o desconhecimento da localização efetiva da demanda populacional e da oferta de serviços de educação tem dificultado o planejamento nacional quanto ao dimensionamento e atendimento da clientela. Entretanto, o planejamento da Rede Escolar não pode ser considerado uma atividade meramente técnica mas tem outras dimensões fundamentais e imprescindíveis, que são as dimensões políticas e administrativa.

Para corrigir os problemas constatados acima, propõe-se o PROGRAMA - Apoio ao Planejamento e à Administração do Sistema a efetuar:

- a modernização Administrativa através da Reforma Administrativa que abranje a SE, as PERE's e as UEs com preocupação de sua implantação completa e constante avaliação para se evitar os desvios e garantir o seu aperfeiçoamento;
- o aperfeiçoamento do planejamento fortalecido pela integração com o Centro de Informações e como Equipe de Pesquisa;
- continuidade na instalação do SETEPRO (Serviço de processamento de Dados) que deverá implantar, em computador, os sistemas de material, Orçamento e Financeiro, Controle de Obras e Pessoal;

- o planejamento da Rede Escolar que bem desenvolvimento e utilizado, servirá de valioso apoio a concretização das políticas de oferta educacional e qualidade de do ensino;

- revelando-se positiva e oportuna a experiência, a se interessa-se em ampliá-la e atualizá-la sem deixar de pensar a presença e ação do Centro de Informações na sua institucionalização;

- a definição de uma política de pessoal concretizada pela criação e implantação de um Plano de Cargos e Salários.

Precisa-se, finalmente, ter o hábito da convivência da participação com o da racionalização, para se evitar que não se resolva para o participativismo que anula a autoridade, a iniciativa e a responsabilidade dos que dirigem ou coordenam e que poucos resultados produz.

QUADRO DE METAS

METAS	UNIDADE	Q U A N T I D A D E				
		1987	1988	1989	1990	1991
<u>01 - ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA</u>						
1.1- Modernização Administrativa da Secretaria de Educação.	-	x	x	x	-	-
1.2- Criação e Implantação do Plano de Cargos e Salários.	-	x	x	-	-	-
1.3- Atualização do Planejamento da Rede Escolar.	-	x	x	-	-	-
1.4- Atualização e aperfeiçoamento de 2.000 Servidores da SE e DERE's.	-	400	800	800	-	-

Para a execução do Programa - Apoio ao Planejamento e Administração, serão utilizadas as seguintes estratégias de racionalização que direcionam efetivamente a reorganização estrutural do Sistema de Educação do Ceará, garantindo a otimização dos meios e a qualidade dos fins:

- atualização do levantamento da capacidade instalada rede física e recursos materiais;
- atualização do planejamento da rede escolar;
- modernização do Sistema de Administração da Secretaria de Educação: pessoal-material-financeiro - rede física;
- garantia do ingresso de todos os servidores, mediante concurso público;
- criação de um plano de cargos e salários para todos os servidores do Sistema Educacional;
- capacitação dos recursos humanos da Secretaria de Educação em todos os níveis;
- reestruturação da Secretaria de Educação e as Delegacias Regionais no sentido de imprimir-lhe organicidade e funcionalidade;
- desburocratização do processo administrativo para assegurar a agilidade necessária ao funcionamento eficiente do Sistema de Ensino;
- prática do processo participativo em todos os níveis, através da organização de colegiados;
- elaboração do plano de trabalho a partir do planejamento das unidades escolares de forma colegiada e consolidado através dos Órgãos Municipais e Delegacias Regionais de Educação;
- organização de um "banco de projetos" com a participação efetiva das unidades escolares;
- prestação, através das Delegacias Regionais de Educação, cooperação técnico-administrativo-pedagógico às unidades escolares e Órgãos Municipais de Educação;
- transferência de recursos financeiros para que as unidades escolares e Órgãos Municipais de Educação possam gerenciar seu projeto educacional;
- a parte de recursos financeiros, assegurando de forma eficiente e garantindo a socialização do saber sistematizado.

7.2.1- PROJETO - Modernização Administrativa

OBJETIVOS:

- propor e executar a Reforma Administrativa da SE e das DERE's;
- utilizar de forma mais ampla procedimentos tecnológicos de automação através do SETEPRO(Serviço de Processamento de Dados).

7.2.2- PROJETO - Valorização de Recursos Humanos da Educação

OBJETIVO :

- criar e implantar o Plano de Cargos e Salários do pessoal da Educação.

7.2.3- PROJETO - Planejamento da Rede Escolar

OBJETIVO :

- atualizar e ampliar o planejamento da Rede Escolar.

RECURSOS FINANCEIROS

Serão alocados recursos do próprio Estado, de fontes internas tradicionais e de fontes externas em negociação.

RECURSOS HUMANOS E TÉCNICOS

Utilizar-se-ão os recursos humanos existentes em todos os níveis da administração (SE, DERE e UE), cuidando-se de sua valorização profissional, aperfeiçoamento, de seu compromisso político com a Educação Pública, de seu melhor aproveitamento, bem como da otimização dos recursos técnicos disponíveis.

08 - ACOMPANHAMENTO AO PROGRAMA

A sistemática de acompanhamento do Programa será voltada para a avaliação de processo e de produtos parciais e finais dos projetos. Na verificação da realização das ações previstas e no atingimento das metas programadas será indispensável a elaboração de mecanismos de acompanhamento que permita o registro de informações

necessárias às decisões e providências que se fizerem cabíveis.

Assim, cada projeto será devidamente avaliado, utilizando-se os seguintes instrumentos ou procedimentos:

- a) planos Plurianuais e Anuais;
- b) cooperação técnica as equipes e gerentes dos projetos;
- c) fichas mensais de acompanhamento físico-financeiro;
- d) relatórios trimestrais computadorizados que acumulam as ações previstas para o exercício;
- e) relatórios anuais Técnicos e Administrativo (RTA);
- f) termos de convênios;
- g) encontros, seminários e reuniões;
- h) avaliação quinzenal no final do Plano.